



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

ALLANDA FERNANDES ABREU CASTRO

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Brasília – DF

2015

ALLANDA FERNANDES ABREU CASTRO

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Professor Orientador: Dr<sup>a</sup>. Fabrícia Teixeira Borges

Brasília – DF

2015

Castro, Allanda Fernandes Abreu.

A importância dos Direitos Humanos na Educação Inclusiva /  
Allanda Fernandes Abreu Castro. – Brasília, 2015.  
97 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília,  
Departamento de Psicologia - EaD, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Fabrícia Teixeira Borges, Departamento de  
Psicologia.

1. Educação Inclusiva. 2. Estratégias Pedagógicas. 3. Direitos  
Humanos. A importância dos Direitos Humanos na  
Educação Inclusiva. I. Título.

ALLANDA FERNANDES ABREU CASTRO

A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a).

Allanda Fernandes Abreu Castro

Dr<sup>a</sup>. Fabrícia Teixeira Borges

Professor-Orientador

MSc., Alexandre de  
Carvalho Rodrigues da  
Silva

Professor-Examinador

Brasília, 14 de Novembro de 2015.

Dedico esse trabalho a minha família e ao meu namorado Haroldo Martins pelo apoio, incentivo e compreensão. A Ciéle Sousa por me encorajar, motivar e se empenhar nessa conquista comigo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e força para conquistar essa vitória.

Ao meu amigo Darlan Santos por me mostrar essa oportunidade grandiosa.

A orientadora Fabrícia Teixeira é a tutora Juliana Lopes que foi de fundamental importância na construção do conhecimento no decorrer do curso e a todos que mesmo distante se fizeram presentes e tentaram me socorrer da melhor forma possível como a Débora Dutra.

Agradeço também a Ciéle Sousa que agarrou minha causa com toda dedicação, entusiasmo e me ajudou da melhor forma possível.

A todas as pessoas que diretamente ou indiretamente me acompanharam e me incentivaram nessa difícil e árdua caminhada tão cheia de barreiras e obstáculos que eu consegui superá-los, em meio a tantas dificuldades e sentimentos de impotência, de incapacidade, hoje aqui estou para defender o meu trabalho.

“Crianças são como borboletas ao vento... algumas voam rápido... algumas voam pausadamente... mas todas voam do seu melhor jeito. Cada uma é diferente, cada uma é linda e cada uma é especial”.

(Alexandre Lemos – APAE)

## RESUMO

Este presente trabalho trata-se da conclusão do curso de especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. O trabalho trata A importância dos Direitos Humanos na Educação Inclusiva: é o melhor título para se trabalhar uma das estratégias para Alfabetizar e incluir os Direitos Humanos na Educação Inclusiva. A proposta de trabalho está pautada no fato da educação ser uma necessidade básica humana onde todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos garantidos por lei. O trabalho foi resultado de um estudo realizado em uma escola do Ensino Fundamental e o Ensino Inclusivo na cidade de Ceilândia - Distrito Federal. O objetivo geral é incentivar o educador a construir estratégias pedagógicas que facilitem a inclusão e os direitos humanos na educação inclusiva; e como objetivos específicos: compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais em uma turma regular; perceber como os Direitos Humanos estão inseridos na escola; e qual é sua importância na Educação Inclusiva e sensibilizar o educador na construção de estratégias pedagógicas para alfabetizar e letrar uma turma inclusiva, contemplando as propostas dos Direitos Humanos para educação. Com isso, a metodologia foi realizada com caráter qualitativo. Os dados foram coletados através de roteiro de entrevista, observações e intervenção na instituição de ensino, estruturados e adaptados à realidade da escola, aplicados diretamente ao coordenador e aos professores na instituição de ensino.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Estratégias Pedagógicas. Direitos Humanos.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos educadores: .....	41
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEE – Aluno com Necessidades Educativas Especiais  
BIA - Bloco Inicial de Alfabetização  
CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência  
CEB - Câmara de Educação Básica  
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
DNEDH – Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos  
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EDH – Educação em Direitos Humanos  
GDF - Governo do Distrito Federal  
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
NEE – Necessidades Educativas Especiais  
ONU – Organizações das Nações Unidas  
PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNNE – Portador de Necessidades Educativas Especiais  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
SEESP – Secretaria de Educação Especial  
SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica  
UNB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
1.1 Formulação do problema .....	11
1.2 Objetivo Geral .....	11
1.3 Objetivos Específicos .....	11
1.4 Justificativa.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Educação Inclusiva .....	13
2.2 A inclusão na sala de aula: desafios para o professor .....	17
2.3 Estratégias Pedagógicas.....	19
2.4 Alfabetização e Letramento.....	20
2.5 Os Direitos Humanos na Educação Inclusiva .....	22
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....	25
3.1 Caracterização da organização, setor ou área.....	25
3.2 População e amostra ou participantes do estudo .....	26
3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	26
3.3.1 A entrevista.....	28
3.3.2 A intervenção.....	28
3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	30
4.1 Campo de intervenção .....	30
4.2 Perfil dos respondentes.....	31
4.3 Ações de intervenção.....	31
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	43
REFERÊNCIAS.....	45
Apêndice A – Roteiro de Entrevista.....	50
ANEXOS .....	51
Anexo A – Fotos da entrevista informal.....	52
Anexo B – Foto da entrevista informal .....	53
Anexo C – Foto da entrevista informal .....	54
Anexo D – Foto da entrevista informal .....	55

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado: A importância dos Direitos Humanos na Educação Inclusiva: foi realizado a partir de uma experiência minha, pois ao estagiar em uma turma de educação infantil na educação inclusiva, existia uma criança que mesmo sem ser diagnosticada por uma equipe especializada, era rotulada e discriminada em sala de aula por ter um comportamento diferente dos outros alunos. A professora e os colegas simplesmente o ignoravam e subestimavam a criança por acreditar que a criança não aprendia e não fazia nada de valioso ou correto.

E por este motivo resolvi direcionar minha pesquisa para esta temática. Essa situação me fez pensar como acontece à alfabetização e o letramento em uma turma inclusiva e como deve ser a atuação do professor diante de tantas limitações, dificuldades e preconceitos.

As diretrizes nacionais da Educação Especial na Educação Básica no Art. 5º consideram que os alunos com necessidades educacionais especiais, são aqueles que durante o processo educacional, apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, dificuldade de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos (BRASIL, 2001b).

A inclusão dos alunos com deficiências tem sido a proposta norteadora e dominante na Educação Especial, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo-se o Brasil.

Ainda segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação especial resolução nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001, art. 8º, as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns, professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, distribuindo-os pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade (BRASIL, 2001a).

## 1.1 Formulação do problema

Qual estratégia o educador pode utilizar para alfabetizar e também formar cidadãos conscientes da importância do respeito ao próximo e dos direitos humanos em uma turma inclusiva?

## 1.2 Objetivo Geral

Incentivar o educador a construir estratégias pedagógicas que facilitem a inclusão e a educação em/para os Direitos Humanos.

## 1.3 Objetivos Específicos

- Compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais em uma turma regular.
- Perceber como os Direitos Humanos estão inseridos na escola; e qual é sua importância na Educação Inclusiva.
- Sensibilizar o educador na construção de estratégias pedagógicas para alfabetizar e letrar uma turma inclusiva, contemplando as propostas dos Direitos Humanos para educação.

## 1.4 Justificativa

O presente estudo justifica-se pela importância de conhecer os Direitos Humanos aplicados nas concepções dos vários segmentos da comunidade escolar, bem como, as metodologias e as estratégias do processo de Educação Inclusiva, buscando assim, definir os caminhos a serem planejados e trilhados através da intervenção no contexto escolar.

Durante o desenvolver do curso, houve vários módulos que chamaram a atenção como, por exemplo, o que falou sobre A diversidade cultural e o Ambiente escolar; os Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade Social; Tornar-se humano e os Direitos Humanos; e ainda Educar para e pela Cidadania, por despertarem para a necessidade de educar, de observar e corrigir os erros, atos e até mesmo preconceitos, para só em seguida conseguir educar sensibilizando para

o respeito o próximo e buscar por meio da educação, construir uma sociedade mais humana.

Pretende-se com essa pesquisa, abranger, principalmente, os educadores que atuam com a alfabetização de turma inclusiva, traçando estratégias que dentro dos Direitos Humanos, que os auxiliem na missão de incluir todos no processo educacional e de socialização, sem qualquer distinção; pois conforme a Organização das Nações Unidas (1948) onde proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH que diz que, “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”.

A escola como todos os educadores tem a missão de desconstruir alguns conceitos já enraizados na sociedade e semearmos esse espírito de fraternidade proposto pela DUDH; começando pelos pais, ensinando o respeito aos nossos alunos por meio de atitudes, e assim atingir as famílias e a comunidade que pertencemos. Trabalhar a prática, espalhando a tendência do comprometimento e a responsabilização social por uma sociedade mais fraterna e humana. Pulino (2015 a, p.4) no Módulo 1, seção 1, sobre a Diversidade Cultural e Ambiente diz que: “A educação consiste nesse processo que propicia o encontro com o outro, com o mundo e consigo mesmo”.

Na educação, deve ser plantada a sementinha para contagiar a todos com a certeza de que, se cada um fizer um pouquinho, conseguimos fazer muito pelo nosso país, salienta Pulino (2015 a, p. 5) que “os conhecimentos humanos estão postos no mundo, mas para que a criança possa assimilá-los, não basta apenas estar no mundo, é preciso entrar em contato com os fenômenos circundantes pela mediação de outros homens”. Precisam-se dar exemplos a serem repetidos através de ações e atitudes que garantam o mínimo de respeito para a sobrevivência pacífica dos seres humanos, precisa-se educar pela cidadania, pois o ser humano não tem que ser apenas um indivíduo em busca de sua realização de forma independente e autônoma, mas sim, alguém preocupado com a realização do próximo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo trata-se dos conceitos chave relacionado à pesquisa de intervenção. A pesquisa visa atingir o objetivo de construir uma intervenção no sentido de incentivar o educador a elaborar estratégias pedagógicas que facilitem a inclusão e a educação em/para os Direitos Humanos. E também auxiliar o educador a descobrir estratégias para alfabetizar e formar cidadãos conscientes, trazendo à tona a importância do respeito ao próximo e dos direitos humanos em uma turma inclusiva.

### 2.1 Educação Inclusiva

Antigamente, o indivíduo com deficiência era rotulado como "idiota" e incapaz e acreditava-se que o mesmo não poderia aprender e ensinar nada, com isso, era excluída. Atualmente, a inclusão é pensada para os alunos com necessidades educacionais especiais, nomenclatura esta definida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 1994).

A resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001, no art. 5º, estabelecem as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, considera que educandos com necessidades educacionais especiais, são aqueles que durante o processamento educacional, apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no desenvolvimento (BRASIL, 2001 a).

Diante dessa conceituação, acredita-se que um indivíduo com deficiência tem impedimentos para um futuro a longo prazo, podendo ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2008).

Espera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto o ambiente onde está inserido, e ao mesmo tempo adaptando-se ao meio em que vive. Como dito por Pulino (2015 c, p.2) no módulo 4, seção 1, “antes mesmo de nascermos, já somos seres de um tempo histórico, de uma cultura específica e ocupamos um lugar na sociedade”. Nesse sentido, a inclusão significa educação gratuita através de ambientes sem restrições, crianças da mesma faixa etária, diversidade, ritmo individual, independentemente de suas condições (PULINO, 2015c).

Em 2008, o MEC recebeu a regulamentação da Portaria nº 948/2007, no artº. 24 que reafirma:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (BRASIL, 2008, p.10).

Essa configuração normativa visa garantir o ensino inclusivo transformando as escolas públicas em instituições acolhedoras, capazes de responder de maneira humana e eficiente as necessidades e habilidades específicas de todos os alunos. Uma vez que envolve renegociação, reorganização dos limites estruturas da educação especial e regular, mas implica a inserção de alunos com deficiências em turma regular (BRASIL, 2008).

A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade, na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

É nessa visão de diversidade social que a cada dia desafia-nos na tarefa de incluir a um número maior de pessoas nas escolas e nas comunidades, e ao mesmo tempo ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a convivência e o aprendizado de todos (BRASIL, 2008).

Mittler (2003, p. 184) esclarece que, “a educação inclusiva é um meio que possibilita a participação de todos os envolvidos no ensino regular, sem qualquer tipo de exclusão, evasão ou discriminação”. Portanto, trata-se de uma reestruturação da cultura, das práticas sociais e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que às diversidades e as diferenças sejam valorizadas e utilizadas como recursos valiosos para a educação e formação de cidadão conscientes dos seus direitos e deveres (MITTLER, 2003).



Segundo ainda Mittler (2003, p. 184), “a Inclusão não é apenas uma meta que pode ser alcançada, mas uma jornada com um propósito”.

Com base nos parâmetros curriculares nacionais – PCN’s, o ensino inclusivo deve ser visto com um olhar diferente do ensino especial, que é um sistema separado da educação, fora do ensino básico baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

O comportamento dos alunos não se manifesta por igual, nem parece ter o mesmo significado e expressão nas diferentes etapas de suas vidas. Existem importantes diferenças entre as síndromes e quadros clínicos que caracterizam as condições individuais e apresentam efeitos mais ou menos limitados (BRASIL, 1999, p. 49).

O PCN ressalta ainda que cada pessoa tem sua individualidade e que está se manifesta de diferentes modos sendo associada a fatores pessoais, culturais, sociais e até mesmo históricos que são construídos dia-a-dia. Com isso pode-se concluir que ninguém é igual a ninguém e que nem sempre o quadro clínico tem que ser igual para duas pessoas (BRASIL, 1999).

O papel principal da educação amplia-se a cada dia e aponta para as necessidades de formar cidadãos críticos, participativos e criativos, conscientes não apenas dos seus deveres, mas dos seus direitos, pois vivemos em uma era marcada pela competição e pela excelência, onde os processos científicos e os avanços tecnológicos definem as novas exigências para o mundo do trabalho (BRASIL, 1998).

Segundo Sousa (2015, p.3), módulo 3, seção 1 que “na sociedade contemporânea, a escola continua a ser responsável pela sistematização dos saberes historicamente acumulados, embora, na prática, hoje ela não seja o único local onde aprendemos”. Dessa maneira, a escola é a principal instituição social responsável pela educação sistemática das crianças, jovens e adultos, tendo como finalidade organizar situações que propiciem o aprimoramento dos processos de pensamento da própria capacidade de aprender (SOUSA, 2015).

A integração dos alunos com necessidades especiais tem acontecido por meio de uma proposta norteadora e dominante na Educação Especial, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo o Brasil, conforme esclarecem Freire (2005), Stainback (1999), Jerusalinsky (1999), Mittler (2003), Soares (1999), Tacca (2006) e Carvalho (2005).

Com as salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos. Entretanto, a simples inclusão de alunos com deficiências em salas de aula do ensino regular não resulta em benefícios de aprendizagem (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Segundo as diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2001 b) a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global.

Diante de uma perspectiva de inclusão estima-se que as diversidades sejam valorizadas e que a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas turmas regulares sejam uma oportunidade afim de, fortalecer a turma e oferecer a todos os membros, maiores oportunidades de aprendizagem, seja ela referente a conteúdos acadêmicos ou da ordem da inserção social (BRASIL, 2001 b).

Barth (1990, p. 514) descreveu da seguinte maneira o valor da diversidade na escola:

eu gostaria de ver nossa compulsão para eliminar as diferenças substituídas por um enfoque igualmente insistente em se fazer uso dessas diferenças para melhorar as escolas. O que é importante sobre as pessoas e as escolas é o que é diferente, não o que é igual (BARTH, 1990, p. 514).

Uma escola inclusiva vai, além disso, ela é um lugar no qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, se ajudam e são ajudados, tanto por seus colegas como por qualquer membro da comunidade escolar (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

O ensino integrado refere-se à criança com deficiência que precisa adaptar-se aos demais estudantes visando manter uma convivência. Já o ensino inclusivo, na visão de deficiência, reconhece-se que todas as crianças são diferentes (CARVALHO, 2002).

Conforme Wieman et al. (1990, p. 43) após vários estudos e pesquisas concluiu-se que “as turmas segregadas não conduzem a independência e a competência, mas estimula uma sensação irrealista de isolamento”.

Em compensação, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade.

Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real” e os professores, assim como todos os envolvidos no processo escolar aprendem como respeitar, agir e interagir com eles.

## 2.2 A inclusão na sala de aula: desafios para o professor

Vive-se um tempo de transformação de referências curriculares que indicam que não cabe ao aluno se adaptar à escola, mas a escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com ou sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos e, principalmente, uma mudança de atitude pessoal, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e de aprendizagem e nas relações humanas (PEREIRA, 2010).

As funções da escola, em tempos de grandes transformações sociais, estão mudando, e os professores precisam adquirir novas habilidades para trabalhar com alunos acadêmica e socialmente deficientes (PARANÁ, 2009). Nesta transformação da profissão do ensino, os professores têm a oportunidade de desenvolver habilidades profissionais e aprimorar seus conhecimentos em colaboração e apoio principalmente com seus colegas de trabalho, em um trabalho cooperativo, tendo oportunidade de trocar conhecimentos, planejar e conduzir a educação em equipe.

Rosenberg et al (1992, p. 249) afirma que os professores “são capacitados na medida em que elevam sua posição, mantêm-se informados das mudanças que ocorrem em suas áreas e garantem sua participação na tomada de decisões”.

Relacionando a citação acima, os professores acabam tomando conhecimento dos progressos na educação e conseguem antecipar as mudanças participando do planejamento da vida escolar diária e dispostos a juntar-se aos professores especiais para tornar as turmas do ensino regular mais flexível.

Segundo Steinbeck (2007, p. 26) “a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais”.

A formação dos profissionais da educação é sem dúvida uma tarefa essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

É necessário que o educador encoraje o estabelecimento de relações com o ambiente físico e social dos seus alunos, oportunizando e exercitando o desenvolvimento de suas competências, estimule a atenção do aluno para as atividades escolares utilizando instruções com sinais claros e simples oferecendo modelos adequados e corretos de aprendizagem, favorecendo o bem-estar emocional (BRASIL, 1999, p. 49).

O educador tem que proporcionar ao educando um ambiente agradável que estimule o desejo de estar presente e participar das atividades propostas, algo que lhe dê prazer e lhe permita demonstrar o seu potencial, de maneira que possa ser notado e reconhecido pela sociedade e familiares, elevando, assim, sua autoestima.

Os autores Lewis e Doorlag (1991, p. 298) sugerem inúmeros procedimentos que o professor pode adotar em caso de condutas específicas de alunos com necessidades especiais, como por exemplo, no caso dos hiperativos. Segundo eles:

O aluno que apresenta hiperatividade verbal e fala em voz alta constantemente fazendo comentários irrelevantes, discutindo provocativamente com o professor e com colegas, numa frequência elevada, é recomendado dentre várias outras estratégias, que o professor estabeleça regras de participação verbal na aula com todos os alunos da sala, podendo, por exemplo, exemplificar os níveis vocais aceitáveis, e os inaceitáveis como os gritos e falas muito intensas. O professor deve ensinar essas regras, dando oportunidades aos alunos de praticarem e saber claramente quando seu comportamento está sendo agradável (LEWIS; DOORLAG, 1991, p. 298).

Relacionando aos procedimentos e estratégias que o professor pode adotar quando o ensino, tanto para os alunos com alguma necessidade especial, quanto para os demais, Hardman (1993, p. 83) sugere que os professores ensinem comportamentos sociais adequados e específicos para seus alunos, estabelecendo o contato visual e respondendo aos contatos verbais. Sugere que ensine seus alunos comportamentos básicos e necessários para uma boa convivência em sociedade, como por exemplo, cumprimentar pessoas por iniciativa própria, usar formas socialmente adequadas para manifestar raiva.

Ao discutir as condutas indesejadas, o professor deve buscar a compreensão e entendimento do seu lado negativo para saber expor seu ponto de vista, e de maneira democrática estabelecer juntamente com os alunos, padrões de conduta para a convivência coletiva, assim como a definição de consequências para o cumprimento ou o descumprimento do acordado pelo grupo.

Nessa perspectiva Stainback (1999, p.111) afirma que “as adaptações são necessárias para que possam comunicar-se eficientemente nas salas de aula de ensino regular.” Felizmente o progresso na tecnologia aumenta a cada dia a qualidade e a quantidade de opções que podem maximizar a comunicação dos alunos com deficiência com a professora e os demais colegas em sala de aula.

Conforme Stainback (1999, p. 129), “o ensino inclusivo não pode ocorrer espontânea ou prontamente [...] as mudanças que precisam ocorrer para a realização do ensino inclusivo não deve ser vistas apenas como pré-requisitos, mas também como co-requisitos”.

Conforme Mittler (2003, p. 185) “a maioria dos professores das escolas regulares, apoiam o princípio da inclusão, mas muitos têm dúvidas se isso funcionaria em suas escolas”.

Nesse ponto de vista é importante que a inclusão não seja vista apenas como outra inovação, mas que sejam criadas oportunidades para reflexão e discussões essenciais na implementação e avanço da inclusão. Sendo fundamental que os alunos estejam envolvidos no desenvolvimento desse contato social.

## 2.3 Estratégias Pedagógicas

Na obra de Piletti (2004, p. 60) são identificados vários elementos presentes no aspecto de como ensinar, dentre eles as estratégias. Ao conceituar estratégias, o autor as define como “a descrição dos meios disponíveis pelo professor para atingir os objetivos específicos”.

Para Libâneo (1994, p. 149) a eficácia do processo de ensino o professor deve conjugar objetivos, estruturar atividades, conteúdos e métodos de ensino, sendo que os métodos são determinados pela relação objetivos-conteúdos.

Já para Tacca (2006), estratégias pedagógicas são mais do que recursos externos usados pela professora para atingir o objetivo de letrar uma turma de alunos. Ao contrário do que muitos autores colocam, estratégias pedagógicas não se limitam apenas nos métodos e técnicas que apoiam o professor na transmissão de conhecimento. A mesma comenta (2006, p. 49) que estratégias pedagógicas de aprendizagem são aqueles procedimentos que implicam uma relação pedagógica, cujo objetivo é manter o aluno ativo.

Dessa forma entende-se que o fazer pedagógico deve estar voltado para os modos de se dirigir o ensino-aprendizagem do educando sem perder de vista o processo, as interações e relações sociais que se estabelecem no contexto vivenciado pelo aluno. Pois para Tacca (2006, p. 49) o processo de aprendizagem do aluno tem que estar relacionado com a realidade do aluno, afirmando que:

Não é possível pensar o processo de aprendizagem fora de uma relação entre pessoas, cujo eixo não seja o processo dialógico. Entende-se que a participação ativa em sala não está na sequência das ações empreendidas, mas na possibilidade de as pessoas que compartilham esse espaço expressarem seus pensamentos e ouvirem a comunicação do outro, tendo em vista uma construção conjunta do conhecimento (TACCA, 2006, p. 49).

No desenvolvimento acadêmico e social, é fundamental que as intenções sociais sejam cuidadosamente planejadas para que haja a comunicação e se construa a relação, que é a chave para o processo de ensino-aprendizagem.

## 2.4 Alfabetização e Letramento

Historicamente, o conceito de alfabetização refere-se ao processo de ensino-aprendizado da tecnologia da escrita, ou seja, ao aprendizado inicial da leitura, restringindo-se à capacidade de decodificar os sinais gráficos, isto é, transformar o som em sinais gráficos, o que se faz de forma interdependente, do processo de ler, ou seja, transformar os sinais gráficos (letras) em som (CARVALHO, 2006).

Nota-se que a pessoa considerada alfabetizada consegue ler ou escrever pequenos textos, mas se não conseguir compreender seu significado, essa pessoa é considerada analfabeto funcional (BATISTA; *et al.*, 2007).

Conforme esclarece Carvalho (2005, p. 49), “para aprender a ler é preciso conhecer as letras e os sons que representam, mas é também fundamental buscar o sentido, compreender o que está escrito”. Segundo a autora acredita-se que a alfabetização é a ação de ensinar o código alfabético e a seleção entre a letra e o som, um processo limitado no tempo, no conteúdo e nos objetivos. Já letrar significa familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita.

De acordo com Soares (1999, p. 65) a palavra letramento é originada do inglês e foi introduzida em nossa língua por volta da década de 80 é definida pela autora como:

O resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e da leitura e ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita (SOARES, 1999, p. 65).

A autora pondera ainda que, o letramento traz consequências políticas, econômicas, culturais e psicológicas, por tornar-se meio de expressão e comunicação social entre indivíduos, pois são variados os usos sociais da escrita e suas funções.

Para Soares (1999, p. 66) a diferença entre letramento e alfabetização está na extensão e na qualidade do domínio da leitura e escrita, pois a pessoa alfabetizada conhece os códigos alfabéticos.

Segundo Carvalho (2005, p. 20), “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e escrever, saber responder as exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.”.

Contudo, não se ensina a gostar de ler e escrever por imposição, nem se forma letrados com exercícios de leitura e gramática rígida e controlada. A escola tem que desenvolver um trabalho gradual, contínuo e prazeroso de leitura e escrita que deve ser cultivado desde os anos iniciais da alfabetização. Carvalho (2005, p. 69) afirma que:

Para alfabetizar letrado, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação, como por exemplo, escrever bilhetes para alguém que não está presente, contar história por escrito, produzir cartaz etc., assim a escrita passa a ter função social (CARVALHO, 2005, p. 69).

Podemos assim perceber que ter o conhecimento das letras e saber juntá-las para transformá-las em palavras, juntar palavras para transformá-las em frases não significa saber ler, uma vez que a leitura exige um conhecimento além do que aprendemos com a alfabetização. Ela exige a compreensão e a interpretação do que foi lido, de maneira a relacioná-lo com o mundo e a vida.

Nesse sentido, a valorização e a formação dos professores podem ser consideradas uma medida de maior pertinência, pois cabe ao docente o papel de alfabetizar e, ao mesmo tempo, letrar e incluir a criança. Como destacado por Soares (1999, p. 8): “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a

escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de forma que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”.

## 2.5 Os Direitos Humanos na Educação Inclusiva

É notório que os Direitos Humanos, assim como, os outros direitos, é uma ciência derivada de experimentos e ao longo do tempo sofreu com várias adaptações.

No que diz respeito à educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama no seu artigo 26.º que:

“Toda a pessoa tem direito à educação [...]” Logo no parágrafo 2.º postula: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das diferentes liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...]” (ONU, 1948).

Toda pessoa independente da sua limitação, tem direito a uma educação que vise o desenvolvimento pleno da personalidade e o reforço dos direitos do homem. No texto de Sousa Junior e Sousa (2015) no módulo 8, seção I diz que o direito é uma afirmação histórico-social que acompanha a conscientização de liberdade antes não pensada, e de contradições entre as liberdades já estabelecidas, ou seja, o direito busca inovar e avançar dentro de um campo permitido, mas objetivando eliminar imperfeições e aprimorar o caminho já percorrido, possibilitando evoluções sociais e culturais.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que dentro do direito, ratifica a Convenção e estabelece que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (Art. 5º, p. 5). É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990, p. 8).

A educação inclusiva diz respeito à capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos sem qualquer distinção ou exclusão, sendo assim a educação inclusiva, antes de tudo, uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem ou do seu gênero, e que



independentemente de qualquer singularidade, é obrigação de todas as pessoas, zelar pela dignidade da criança e do adolescente (FÁVERO, 2009).

Falvey *apud* Dutra (2005), explicam que uma vez adotada esta perspectiva por uma escola ou por um sistema de ensino, deverá condicionar as decisões e ações de todos aqueles que a tenham adotado, de forma participativa e democrática, pois incluir significa ser parte de algo, formar parte do todo; enquanto que excluir significa manter fora e apartar.

Na escola inclusiva, toda e qualquer pessoa deverá ser vista como um ser em potencial para aprender, contribuir e desenvolver-se plenamente até atingir a cidadania e adquirir total condição de se comunicar e conviver em sociedade, sendo sujeito ativo na sua formação. A diversidade deve ser entendida e promovida como um elemento enriquecedor da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal e social.

No ano de 2012 o grande avanço para educação foi a aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos pelo Conselho Nacional de Educação. Segundo Sousa (2015, p. 23) afirma que:

A Educação em Direitos Humanos deve ser uma educação em valores, tais como a tolerância, a não discriminação e o respeito à diversidade, pois os direitos humanos estão referidos a uma plataforma moral que inclui além desses, a dignidade humana, a liberdade, a justiça, a solidariedade, a aceitação do outro como um legítimo e o pluralismo (SOUSA, 2015, p. 23).

Corroborando com as ideias que o autor citou acima, a educação tem que crescer em valores, cabendo à escola em conjunto com a família e a comunidade escolar, resgatar e manter sempre presente os valores fundamentais do respeito, do amor, da paz, da compaixão, da honestidade, da dignidade, da solidariedade e da tolerância e a autonomia acompanhada da autoestima. De acordo com Carbonari (2008, p. 36-37) afirma que:

A educação em direitos humanos é aquela capaz de formar para resistir a todas as formas de opressão, de violação dos direitos; mas também é aquela que forma sujeitos de direitos capazes de solidariamente viabilizar as melhores condições para que todos e todas possam viver concretamente os direitos humanos permanentemente (CARBONARI, 2008, p. 36-37).

Nesse ponto o mesmo autor ressalta que, a Educação em Direitos Humanos por si só, já se caracteriza como o ato de recepção dos outros, e na educação inclusiva, carrega consigo os valores da justiça, do respeito, da solidariedade e responsabilidade.

Na busca de garantir os direitos humanos a todas as pessoas, a proposta dos PCN (BRASIL, 1997, p. 303) é que “os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um”. Nesse caso o educador além de respeitar a opinião de cada aluno deve promover também discussões orientadas, garantindo o respeito e a participação de todos, incentivando a não discriminação e construindo postura ética para a convivência em equipe.

Com isso, Pulino (2015 b) afirma no texto do módulo 2, seção II, que a escola comprometida com os direitos humanos, precisa urgentemente capacitar os profissionais da educação, não se limitando apenas aos professores em específico, mas sim, a todos os envolvidos com o processo educacional; sobre tudo na educação básica, para que os primeiros passos para a desconstrução dos preconceitos seja efetiva, e novas possibilidades de lidar com as diferenças sejam estabelecidas no convívio escolar, agindo o educador como produtores de conhecimentos e de práticas sociais (PULINO, 2015b).

Esse último tema abordado os direitos humanos na educação inclusiva foi de grande relevância na função que o professor tem o passar seu ensino aprendizagem ao aluno. Sendo possível sintetizar que a escola é o alicerce para esse desenvolvimento, neste intuito ela deve se preparar para trabalhar com a diversidade valorizando todos os indivíduos como seres singulares e capazes de estar e fazer uma sociedade diferente, onde todos tenham direitos e deveres com o objetivo único: O conhecimento.

### 3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa tem como objetivo incentivar o educador a construir estratégias pedagógicas que facilitem a inclusão e a educação em/para os Direitos Humanos.

Para construir as informações necessárias, trabalhou-se com a pesquisa qualitativa em uma Escola Classe da rede pública do Distrito Federal, localizada na cidade Ceilândia-Sul, com o objetivo de desenvolver uma intervenção e orientação sistemática e estruturada com alguns educadores.

Para colher dados e se enquadrar na realidade da escola, foi utilizado à entrevista semiestruturada com objetivo de perceber a visão dos educadores quanto ao assunto. Fazendo uso de um roteiro de entrevista, proporcionou-se uma conversa estratégica com algumas educadoras que lecionam em turmas inclusivas, para compreender como acontece e se desenvolvem os direitos humanos na escola, e qual é a postura dos educadores perante ha alguns preconceitos sociais e até mesmo culturais já enraizados em seus valores.

Após a coleta de dados e a percepção de como o tema é abordado e trabalhado na escola, propõe-se a intervenção com os educadores, de forma dinâmica e prática para sensibiliza-los quanto à importância de começar a aplicar as propostas dos direitos humanos em si próprios, pois conforme Freire (2005), ensinar exige que as palavras sejam acompanhadas pelo exemplo. Pensar certo é fazer certo. O professor que realmente ensina, descarta o "faça o que eu mando e não o que eu faço".

#### 3.1 Caracterização da organização, setor ou área

Para a realização da pesquisa, foi selecionada uma instituição mantida pelo Governo do Distrito Federal (GDF) – Secretaria de Educação, Divisão Regional de Ensino da Ceilândia-DF.

A escola foi fundada em Agosto de 1987. Tem prédio próprio com área construída de 1.712,94 m<sup>2</sup> e área não construída de 424,44 m<sup>2</sup>. Possui como modalidades de ensino a Educação Infantil e Séries Iniciais, atendendo os 1º e 2º períodos da educação infantil e o 1º, 2º e 3º ano do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), 3º e 4º série do Ensino Fundamental e o Ensino Especial.

A escola apresenta um espaço físico com boas instalações e conservação, como por exemplo, 10 (dez) salas de aula, uma sala de professores, uma biblioteca, uma sala de vídeo, uma sala para a diretoria, uma secretaria, uma cozinha, uma cantina, oito banheiros divididos entre a educação infantil e o ensino fundamental, dois bebedores que ainda não são adaptados para cadeirantes ou para aqueles com limitações físicas. Possui um pátio aberto com área livre para recreação, um parque de areia e uma quadra de esportes que se localiza em frente da escola que também é usada pelas crianças.

Para o desenvolvimento as atividades, a escola conta com 40 (quarenta) funcionários, que estão divididos em 15 (quinze) professores atuantes em sala de aula, sendo 08 (oito) no matutino e 07 (sete) no vespertino; 1 (um) coordenador pedagógico; 1 (um) apoio de educação; 4 (quatro) na direção que são divididos em diretora, vice-diretora, supervisora pedagógica e supervisor administrativo; 1 (um) professor na sala de recurso; 3 (três) atendentes psicopedagógicos; 2 (dois) secretários; 6 (seis) na limpeza; 2 (dois) porteiros; 3 (três) vigilantes e 2 (dois) funcionários na cantina.

### 3.2 População e amostra ou participantes do estudo

Para a entrevista inicial e conhecimento da realidade da escola e dos educadores, a entrevista foi feita com seis pessoas que estão diretamente relacionadas com a educação inclusiva e os direitos humanos. A primeira será a orientadora educacional da escola, por ser a pessoa responsável para trabalhar a sensibilização e reflexão dos funcionários da escola de maneira geral, englobando assim os temas atuais e sua importância para os direitos humanos na escola.

Os demais colaboradores, serão escolhidos no quadro de educadores que apresentarem aceitação na colaboração com a pesquisa proposta.

Como forma de intervenção, pretende-se trabalhar com os professores do turno vespertino que estiverem presentes na coordenação no horário contrário.

### 3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Como instrumento de pesquisa foi utilizado a observação, onde terei a oportunidade de conhecer o contexto geral de atuação da professora, tendo uma

visão social estereoscópica, pois segundo (Erickson *apud* Bortoni-Ricardo, 2008, p. 58) “observa-se também que a pesquisa qualitativa reconhece que o olho do observador interfere no objeto observado, ou seja, o olhar do pesquisador já é uma espécie de filtro no processo de interpretação da realidade com a qual se defronta”. Esse filtro citado pelo autor está associado à bagagem de conhecimento do próprio pesquisador que diante da realidade observada, tem a possibilidade de julgar e analisar conforme seus conhecimentos, confrontando-os com a realidade.

A pesquisa que orienta esse trabalho é de cunho qualitativo. Segundo Gil (2002, p. 41) a pesquisa qualitativa é uma pesquisa que:

se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GIL, 2002, p.41).

Esse tipo de pesquisa foi escolhida por proporcionar contato direto entre o ambiente e o objeto de pesquisa, possibilitando vivenciar a realidade para, assim, poder interpretar e analisar os dados colhidos de maneira descritiva, dados esses que são melhores analisados se olhados qualitativamente. A pesquisa interpretativista engloba todas as práticas e métodos encontrados na pesquisa qualitativa, pois todos os métodos têm em comum o compromisso com a interpretação das ações sociais e seu significado no contexto da vida social. Com caráter de pesquisa interpretativista, Bortoni-Ricardo (2008, p. 32) diz que “não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes”, pois a capacidade de compreensão do observador está enraizada em seus próprios significados e experiências, sendo que ele é um agente ativo na sociedade.

Segundo a autora, o professor que conseguir associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, torna-se professor pesquisador de sua própria prática e das práticas pedagógicas ou que convive, caminhando para o aperfeiçoamento profissional e compreendendo-se em suas ações como um mediador de conhecimentos e de um processo interação com seus alunos, tendo uma melhor compreensão do processo de ensino-aprendizagem.

### 3.3.1 A entrevista

O tipo de entrevista realizada foi a despadronizada, pois Segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 199), uma das vantagens da entrevista despadronizada, é que “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”.

Esse tipo de entrevista proporciona a oportunidade de direcionar as perguntas de acordo com o objetivo, tirar dúvidas que surgirem no decorrer da conversa, debater a importância dos direitos humanos na educação inclusiva e sua realidade na sala de aula. Perceber a visão dos entrevistados frente à proposta de formar cidadãos críticos, solidários, responsáveis e preocupados com o bem estar não só dele, mas também do próximo; reconhecendo que todos têm direitos e deveres que devem ser garantidos para contemplar o convívio em sociedade, com humanidade e respeito.

### 3.3.2 A intervenção

Planejou-se iniciar a intervenção com uma dinâmica em grupo que represente a importância do outro, do próximo em nossa vida e em nossas atitudes, que mostre como é fundamental tratar a outra pessoa como a si mesmo, tendo como base o respeito e a confiança. Pretendeu-se com essa dinâmica, sensibilizar (tornar sensível, impressionável) a atitude do educador como um ser social, preocupado com o bem estar do próximo, e visionário para uma sociedade mais humana e solidária. Partindo dessa sensibilização e em uma roda de conversa, foi abordada a importância de começar por nós educadores, a humanização, independente dos seus valores históricos, culturais e sociais; que muitas vezes trazem consigo uma carga de preconceitos que mesmo sem intensão, são transmitidos para os alunos durante o processo educacional. Com a sensibilização, percebeu-se a importância de juntos traçarmos estratégias pedagógicas para incluir as propostas dos direitos humanos na educação inclusiva de maneira prazerosa, sem imposições, associando à realidade do seu convívio familiar.

### 3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Para colher dados consistentes, que leve a alcançar os objetivos traçados, foram utilizadas entrevistas por acreditar que serão fundamentais para explorar como o direito humano é garantido dentro das salas de aula na escola da rede pública. Cada entrevista terá duração média de 15 a 20 minutos e serão orientadas por um roteiro contendo em média dez perguntas, dando oportunidade dos entrevistados dialogarem com a pesquisadora, comentando suas ideias e fazendo com que seu posicionamento fique claro.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse item, são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada junto aos 6 educadores. A análise dos dados foi obtida por meio do roteiro de entrevista e conversa informal que será detalhada e apresentada a seguir:

### 4.1 Campo de intervenção

A intervenção foi desenvolvida em uma escola da rede pública de educação fundamental localizada na cidade de Ceilândia-Sul no Distrito Federal. Que atende crianças da Educação Infantil, do Ensino Fundamental em conjunto com a Educação especial (Classe Especial reduzida que atende alunos com déficit cognitivo no mesmo espaço do ensino regular) nos turnos matutino e vespertino. A escola assume o desafio de ajudar cada indivíduo a desenvolver todo o seu potencial e a tornar-se um ser humano mais completo, e com habilidades específicas para se desenvolver e atuar como agente construtor de sua própria história, assegurando-lhe a aquisição de conhecimentos e competências acompanhada pela educação do caráter, do respeito mútuo, da abertura cultural e do despertar da sua responsabilidade social.

A escola trabalha na perspectiva de um novo tipo de gestão: a gestão compartilhada que se caracteriza pelo esforço, envolvimento e participação de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano e vida da escola com a intenção de juntos, alcançarem a verdadeira Educação de Qualidade que contemple as demandas dos Direitos Humanos e valorizem as diversidades na comunidade escolar, na família, na sociedade que a envolve e conseqüentemente em todos os lugares e relacionamentos, evitando a evasão e a reprovação escolar. Educação, esta, que promove mudanças, transformações e suscita sonhos em alunos, pais, professores, servidores e gestores (ESCOLA, 2015).

Alguns projetos pedagógicos são desenvolvidos, como por exemplo, o projeto de sensibilização para os valores indispensáveis à formação humana e aos direitos humanos como o amor, o respeito, a amizade, a solidariedade, etc; o projeto hora cívica para que as crianças aprendam os conhecimentos do seu país, o respeito às diversas cultura e histórias; os projetos de danças, literaturas e outros.



Para realizar a intervenção, os sujeitos envolvidos que foram o ponto chave para saber como o direito humano é aplicado na turma inclusiva e como é alinhado à alfabetização e educação inclusiva, foram educadoras com média de 15 (quinze) anos de atuação no magistério e formação em pedagogia.

## 4.2 Perfil dos respondentes

O roteiro de entrevista foi aplicado a 6 (seis) educadoras da Escola Classe da Ceilândia-DF.

Tabela 1 - Características dos educadores

<b>Nº</b>	<b>Sexo</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação no magistério</b>	<b>Tempo de atuação em turma inclusiva</b>
1	F	Magistério das séries iniciais	10 anos	3 anos
2	F	Letras	14 anos	3 anos
3	F	Pedagoga	22 anos	7 anos
4	F	Letras	10 anos	1 ano
5	F	Pedagogia	10 anos	10 anos
6	F	Pedagogia	15 anos	11 anos

Fonte: Autora do trabalho.

## 4.3 Ações de intervenção

Para tomar conta da realidade vivida na escola em respeito, foi desenvolvida uma entrevista informal (anexo A, B, C e D), com algumas perguntas direcionadas com respeito ao tema, para familiarizar as educadoras ao tema e ter conhecimento de como o mesmo é abordado na escola e transmitido para os alunos da turma inclusiva.

O objetivo com essa pesquisa é proporcionar uma intervenção com os professores dando-lhes oportunidade de perceber a importância de construir estratégias para alfabetizar uma turma inclusiva contemplando ao mesmo tempo as propostas dos direitos humanos, e por meio da pesquisa de campo tive a oportunidade de relacionar a prática vivenciada na escola da rede pública com a teoria explorada no decorrer do curso.

Para realizar tal tarefa, foram realizados alguns questionamentos, que entre eles pode ser citado:

### **Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma turma regular na escola pesquisada?**

As informações construídas a partir dos instrumentos de pesquisa utilizados nos permitem esclarecer como a inclusão acontece. Começamos então, analisando as falas das entrevistas:

Durante a pesquisa, pude perceber que o processo de inclusão mesmo diante de muitas dificuldades, acontece dentro da melhor forma possível na escola observada tanto pela gestão, quanto pela professora, pelos alunos e por toda comunidade escolar num todo. Existe o acompanhamento de profissionais especializados e a especialização dos demais profissionais da educação, empenhados para que aconteça um processo de qualidade, sabendo, portanto, que para contemplar a grandiosidade proposta pela educação inclusiva, ainda necessita-se de maior investimento e empenho desde as grandes escalas federais até as pequenas atitudes e participações das comunidades escolares envolvidas.

Em conversa informal com a educadora, a mesma informa que a escola em relação à inclusão, procura atuar de maneira que os alunos inclusivos participem da rotina da escola, e que sejam integrantes ativos dessa comunidade escolar, pois segundo ela:

na inclusão a gente trabalha de maneira em que o diferente seja igual e o igual seja diferente (Educadora 1).

Na sala de aula, o aluno com necessidades educacional especial não é tratado como o diferente, e a inclusão acontece nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela professora que tem acompanhamento pela orientadora educacional e a professora da sala de recurso que também desenvolve conteúdos de importância social, valorizando os direitos humanos. É desenvolvido um trabalho em conjunto, onde todos participam e fazem sua parte.

Já em conversa com a orientadora pedagógica, ela diz que eles trabalham dentro do possível, porque ainda falta muita coisa inclusive na estrutura física para proporcionar o acesso a todos independente de suas limitações, vistas que na educação inclusiva é impossível limitar o público alvo, até porque sua proposta é a não limitação, a não exclusão. Para contemplar essa proposta, a escola necessita de adaptações em sua estrutura física como, por exemplo, o piso do pátio que é

desnivelado, modificações nos banheiros e nos bebedouros, salas com adaptações físicas e tecnológicas, material pedagógico para desenvolver trabalhos específicos e conforme a dificuldade de cada criança, opção de diversão e até mesmo espaço para trabalhar, pois assim afirma:

eu, por exemplo, tenho que dividir a sala com a professora da sala de recurso, então tanto eu como ela, temos dificuldade para desenvolver um trabalho mais dinâmico, ela principalmente que tem que desenvolver atividades diferenciadas para cada caso (Orientadora pedagógica).

Afirmativa essa que foi confirmada pelas educadoras participantes da pesquisa quando afirmam faltar estrutura física, matéria e pessoal capacitado para lidar com a realidade da escola.

**Como você promove a alfabetização na turma inclusiva, sem deixa de lado alguns preceitos como, por exemplo: o respeito, os limites, as diversidades, os valores, os preconceitos e a cultura? Há alguma estratégia específica?**

Em entrevista com algumas educadoras, foi explicado que existe sim algumas estratégias por meio do diálogo, dinâmicas, compreensão e respeito às diferenças, de reagrupamento intraclasse para desconstruir alguns preconceitos já enraizados na sociedade e vindos das famílias que necessita de um trabalho minucioso e em conjunto com os demais integrantes da escola.

A professora que atua na sala de recursos completou dizendo que “alfabetizar não é só ensinar a ler e escrever, é ensinar também a pensar e lutar por seus direitos”, que segundo ela, essa é a função dos Direitos Humanos na escola, desperta-os para suas garantias e prepara-os para suas conquistas. Afirmado ainda por ela que quando o aluno com necessidade educacional especial (ANEE), não consegue acompanhar o desenvolvimento da turma:

o professor tem que fazer tudo que for de forma diversificada dentro de uma sala de aula, ele tem que ver que essa turma não é homogênea, e não é porque ele é ANEE não, mas na sua sala de aula não é o aluno ANEE que é o diferencial não, são todos, porque todos nós temos algum tipo de deficiência, por exemplo, eu tenho deficiência em matemática, aí o outro tem outra deficiência, então o professor tem que interdisciplinar tudo que ele sabe naquela turma ali, tem que trabalhar um material diversificado para aqueles alunos, por que ele vai ter que trabalhar em grupo normalmente, ele vai ter que atender as necessidades de demandas da sala de aula, por que não adianta cada criança vem com um viés de necessidades, então

não é só o ANEE que tem que olhar diferente, e sim todos. Então o ANEE vem para inclusão por isso, a escola está o recebendo, e tem que receber todos os alunos, não só o ANEE, aí ela tem que fazer essa turma ser realmente heterogênea (Educadora 1).

Trabalhando o respeito e as diferenças (Educadora 2).

Na verdade não tem como alfabetizar deixando esses conceitos de lado, alfabetizar não é só ensinar a ler e escrever é ensinar também e lutar por seus direitos (Educadora 3).

Estratégias, reagrupamento intraclasse, procurando aplicar atividades diferenciadas conforme o nível e promovendo o diálogo para compreensão do respeito às diferenças (Educadora 4).

Sim, exige estratégias diferenciadas para a efetivação de um atendimento individualizado (Educadora 5).

Não. São estratégias diversas para alfabetizar Direito de estudar, de ter um profissional qualificado e de brincar (Educadora 6).

Com a fala das professoras têm-se a oportunidade de perceber que todo o aluno, independente de ter necessidade especial ou não, tem limitações que devem ser respeitadas e trabalhadas de maneira diversificada, visando garantir o ensino inclusivo e transformar as escolas públicas em instituições acolhedoras e sensíveis, capazes de responder de maneira humana e eficiente as necessidades e habilidades específicas de todos os alunos, sabendo que na educação inclusiva, é a escola tem que se adaptar para receber e atender os alunos como um todo, e não o aluno se adaptar a escola.

Em outros momentos da entrevista é possível identificar nas informações, que a professora usa como estratégia trabalhar com atividades diversificadas com toda a turma, separando-a em grupos de acordo com os níveis de conhecimento e cada grupo faz sua atividade, pois de acordo com a professora, na turma de dezoito alunos do 1º ano do ensino fundamental, de três a quatro alunos já leem, outros ainda estão naquela fase de aprender o som da letra, e ainda tem o grupo dos alunos que sabem reconhecer apenas algumas vogais, como é o caso do aluno com necessidade especial.

Para identificar e acompanhar o desenvolvimento cognitivo do aluno, segundo a professora, mensalmente é realizado o

teste da psicogênese, teste pio como nós chamamos, para ver qual é o nível da criança, que geralmente é pré-silábico, silábico alfabeto até chegar ao alfabeto.

## **Trabalhar com uma turma inclusiva é diferente de trabalhar com uma turma não inclusiva? Por quê?**

De maneira uniforme, todas as entrevistadas afirmaram que “sim”, e que o planejamento deve ser diferenciado para que contemple também os ANEE, o que para elas na maioria das vezes, é a parte mais trabalhosa, aplicar às diversidades.

Na fala da professora é possível confirmar esse trabalho diversificado quando ela cita como exemplo as avaliações.

Sim. Pois exige estratégias do professor quanto à turma. A avaliação dele (aluno com necessidade educacional especial) será diferenciada, porque na adequação curricular dele, as matérias são bem mais simples do que as dos outros. (Educadora 1).

Sim. Pois você precisa ter um olhar diferente e uma dinâmica diferente (Educadora 2).

Sim. O planejamento deve ser diferenciado em favor dos alunos com deficiência (Educadora 3).

Sim, pois necessita de uma preparação específica para atender esses alunos e adequar as atividades para tais (Educadora 4).

É ter um trabalho diferenciado (Educadora 5).

Na maioria das vezes é mais trabalhosa pela diversidade (Educadora 6).

Outra diferença comentada por elas é a necessidade de olhar o próximo com um olhar diferente, ensinar de forma dinâmica e lúdica, aplicando o conteúdo mais próximo da realidade dos alunos. Diante dessas necessidades, ficou em evidência a carência da capacitação e profissionalização dos educadores.

Quando questionadas quanto às dificuldades enfrentadas para lecionar em uma turma inclusiva e se tiveram capacitação para essa atuação, a grande maioria respondeu que tiveram sim vários desafios e dificuldades, e que recorreram a pesquisas, livros, cursos complementares e outros, que junto com a realidade vivenciada na sala de aula, foram se ajustando e estão conseguindo superar as situações adversas.

Diante dessas informações, nós temos possibilidades de analisar e confirmar a posição de Stainback (1999) quando disse que a escola inclusiva tem que ir além de proporcionar oportunidades educacionais adequadas e desafiadoras, ajustando

às habilidades e necessidades de todos, com ou sem deficiências, ela tem que ser um lugar no qual todos fazem parte, todos são aceitos, se ajudam e são ajudados, pois como podemos observar, para lidar com a inclusão, é necessário trabalhar a sensibilização como é feita pela orientadora educacional para que todos se respeitem e vivam em sociedade reconhecendo os valores, importâncias, conquistas de cada um, deixando de lado algumas barreiras e preconceitos enraizados em nossa cultura, onde muitas vezes é analisado e valorizado pelo exterior, enquanto o interior é banalizado, rejeitado e em algumas vezes destruído por gestos, atitudes e até mesmo uma palavra mal direcionada.

Tacca (2006) diz que, durante a interação professor x aluno, cabe ao professor perceber se as estratégias pedagógicas utilizadas estão sendo os caminhos que levam o aluno a compreender e construir novos conhecimentos relacionados à sua importância social.

Outro fator interessante citado pelas professoras é o trabalho de sensibilização desenvolvido pela orientadora educacional na escola em um todo, pois a mesma desenvolve estratégia para sensibilizar e trabalhar com as crianças sobre valores sociais e éticos, entendido como os direitos humanos na escola, propondo o desempenho das estratégias pedagógicas, onde o professor atua como facilitador da aprendizagem e não como o único detentor do saber, desenvolvendo maneiras de traduzir o contrato social em rotinas que serão treinadas e praticadas com os alunos diariamente.

Neste contexto, assim como foi relatado na entrevista, a orientadora contou na sala de aula uma história do amor e da pipa, eles se conheceram e começaram a ser amigos, o que é ser amigo? O que o amigo faz? Segundo elas, a orientadora ouvia a opinião de todos os alunos e continuavam a contar a história, no começo da amizade eles brincavam muito, riam, eram alegres e ajudavam um ao outro, sempre obedecendo a seus pais, então ela questionava de novo, quem obedece aos pais?

Desta maneira ela foi contando toda a história; no final o amor começa a brigar e ficar com inveja da pipa, questionando aos alunos quem sabia o significado de inveja? É um sentimento bom? A partir do pensamento dos alunos ela começa a explicar que não podemos ter inveja, que a inveja é um sentimento ruim, e o amor tinha inveja da pipa porque ela voava e ele não conseguia, mais o amor conseguia brincar com todo mundo, era obediente e estava do lado da pipa em todos os momentos.

Com a história, a orientadora pode falar um pouco de vários sentimentos, dos bons e dos ruins, explicando que cada uma tem coisas boas para dar e ajudar o outro, às vezes nós não conseguimos fazer alguma coisa, assim como “o amor” não conseguia voar, mas sabia fazer várias outras coisas boas e legais.

Pode-se confirmar o exemplo dado com muito entusiasmo pelas educadoras em uma roda de diálogo, quando Tacca (2006) diz que “as estratégias pedagógicas não se limitam apenas aos métodos e técnicas que apoiam o professor na transmissão de conhecimento”.

Pois o método utilizado foi à contagem de história, mas se ela não tivesse relacionado essa história ao fator social e os valores humanos relacionados à realidade dos alunos, provavelmente ela não teria atingido seu objetivo, que era sensibilizar os alunos aos bons sentimentos, aos direitos de cidadania e valores resguardados pelos direitos humanos, capaz de formar cidadãos conscientes e formadores de opiniões, reconhecendo as igualdades de oportunidades e percebendo as “malvadezas” termo utilizado pela orientadora, não são legais e nem ajuda ninguém. Portanto, nós temos que respeitar os limites e as capacidades de cada um.

Durante a roda de dialogo que se formou na sala dos professores após as entrevistas, a orientadora educacional, explicou que:

eu preparo as aulas de sensibilização conforme as necessidades da turma, ou do público que eu vou trabalhar, por que esse trabalho não é feito só com os alunos, mas também com os professores, os servidores, a gestão, a comunidade e a família. Como por exemplo, eu conto a mesma história, mas dentro de realidades diferentes, no 1º ano eu trabalhei os valores e o respeito às pessoas, já no 4º e 5º ano eu contei a mesma história, mas focando para o namoro, a família e a relação familiar, o ciúme, ou seja, dentro do que eles estão vivendo no momento.

Em seguida a mesma comentou que deve existir uma comunicação entre a professora, a psicóloga, a orientadora, a direção, as famílias e a sala de recurso, pois suas sensibilizações são preparadas e planejadas de acordo com a situação e necessidades e cada turma ou de cada aluno em específico, e devem ser desenvolvidas em conjunto, onde todos participam independentes de serem diagnosticados ou não, pois afinal, é essa socialização o mais importante e significativo para a inclusão.

**Quando foi a primeira vez que o (a) senhor (a) trabalhou com aluno com necessidades especiais?**

Essa questão procurou saber a quanto tempo os educadores lecionam para alunos com necessidades especiais.

Foi no ano de 2006, com uma turma de 60 alunos sendo um D.I (Educadora 1).

No ano de 2011 (Educadora 2).

No ano de 2008 (Educadora 3).

No presente ano de 2015 (Educadora 4).

Desde o início da carreira (Educadora 5).

Em 2004, peguei a minha primeira turma (Educadora 6).

Pode-se observar em relação ao tempo de atuação, que todos os participantes apresentaram um longo período de experiência, com no mínimo um ano de atuação na área.

A escola precisa acolher e cumprir sua missão de educar os alunos com necessidades educacionais especiais, adaptando-se às suas peculiaridades no campo da aprendizagem (FERNANDES, 2009).

**Você teve alguma formação específica para atuar em turmas inclusivas? Se sim, quais? Quem ofereceu?**

A formação dos profissionais da educação é sem dúvida uma tarefa essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.

Não. Fiz cursos por conta própria que não foi ofertado pela secretária (Educadora 1).

Sim. Educação inclusiva (Educadora 2).

Cursos EAPE e cursos à distância (Educadora 3).

Sim, participei de um curso pela EAPE (Educadora 4).

Sim, os cursos foram realizados na UNB e APAE (Educadora 5).



Sim, cursos diversos (Educadora 6).

Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais é a falta de preparo dos educadores. Para atender esta demanda tão diversificada, o material proposto para a formação dos docentes, deve oferecer uma linguagem suficientemente abrangente acessível a todos. Porém, observou-se através da entrevista a simplificação dos conteúdos propostos, aliada a uma superficialidade dos cursos preparatórios para o ensino dos ANEEs.

**Existiu alguma(s) dificuldade quando começou a lecionar uma turma inclusiva? Quais? A quem recorreu?**

Em relação às dificuldades de lecionar em uma turma inclusiva, os respondentes disseram que:

Sim. Porque o curso que fiz não me preparou, você acaba que aprende com o aluno todos os dias (Educadora 2).

Não tive dificuldade, pois fiz cursos antes e a teoria me ajudou muito (Educadora 3).

Sim. Muitas dúvidas quanto ao nível de conhecimento prévio de alunos e também, respeito entre os colegas (Educadora 4).

Sim, vários desafios: números de alunos em classe e diversidades de necessidades especiais (Educadora 5).

Sim, pela falta de experiência (Educadora 6).

Pode-se observar que além dos problemas de ensino, falta preparo do educador. Na educação inclusiva, essa relação da educação com a função social é de extrema importância, pois o aluno, em especial o com necessidades educacionais especiais, tem que perceber essa utilização da leitura e da escrita na sua vida prática, isto é, aprender em que situação poderá colocar em prática o que está aprendendo. Nesse sentido, a valorização e a formação dos professores são de suma importância e pode ser considerada uma medida de maior pertinência, pois cabe ao docente o papel de alfabetizar e, ao mesmo tempo, letrar e incluir a criança.

## **O que o (a) senhor (a) como educador (a), entende como os Direitos Humanos na Educação?**

Em relação à questão, os entrevistados responderam que:

É um direito importante desde a tênue idade, que deve ser cumprido (Educadora 1).

Uma educação diferente capaz de formar um bom cidadão, que garanta um bom ensino e proteja o aluno (Educadora 2).

Igualdade de oportunidades repasse de verbas e preparação dos docentes (Educadora 3).

Os direitos humanos são diversas diretrizes que têm como fundamento a educação voltada para os valores humanos globais (Educadora 4).

Os direitos humanos na educação estão vinculados aos direitos de cidadania (Educadora 5).

Direito de estudar, de ter um profissional qualificado e de brincar (Educadora 6).

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Sobretudo, a liberdade de cada pessoa. Seu exercício se faz desafiando a cada um de nós explorando nossa autonomia e relacionando eticamente nos ambientes em que passamos.

Torna-se necessário entender a educação para a cidadania como a formação do educando sendo esta educação compartilhada por todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional.

## **Os Direitos Humanos estão inclusos no seu dia a dia em sala de aula? Como?**

Todos foram unânimes em responder que os direitos humanos estão inclusos no dia a dia da escola:

Sim. O professor sempre em busca de capacitação e conhecimento para colocar em prática (Educadora 1).

Sim (Educadora 2).

Sim. O conselho tutelar tem sido um órgão de grande valia para a garantia desses direitos (Educadora 3).

Sim, frequentemente faço debates com os alunos para resgatar os princípios fundamentais de boa convivência, alteridade, respeito, ética, coletividade e cidadania (Educadora 4).

Sim, implicitamente (Educadora 5).

Sim, na minha formação continuada (Educadora 6).

**O educador atualmente tem alguma capacitação, auxílio ou amparo que o incentive ou o direcione para trabalhar na educação inclusiva e para os Direitos Humanos ao mesmo tempo em que tem a missão de alfabetizar valorizando as dificuldades e limitações?**

Os servidores responderam que:

Sim. Trabalhamos com adequação curricular (Educadora 1).

Poucos cursos são oferecidos, o professor precisa procurar na internet ou pagar um curso muitas vezes (Educadora 2).

Temos algumas redes de apoio como EAPE, salas de recursos, mas falta apoio psicológico e fonoaudiólogo (Educadora 3).

O acompanhamento do coordenador pedagógico, mas ainda é precário, pois a demanda é muito grande (Educadora 4).

Sim, alguns, mas não atende a demanda de professores da SEEDF (Educadora 5).

Sim, diversos cursos (Educadora 6).

Através da entrevista pode-se perceber que é necessário maior conhecimento e especializações para se trabalhar com a inclusão, falta capacitação dos profissionais da educação existentes na escola. Consequentemente, a Educação em Direitos Humanos é essencial em todo e qualquer ambiente pedagógico, sobretudo os curriculares.

**O que você como integrante do sistema de educação, acredita faltar para que realmente a educação seja efetiva na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, respeitando o próximo sem discriminação e valorizando o crescimento coletivo da sociedade?**

Os respondentes de nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 disseram que:

Falta muito o apoio do sistema como: monitor e recursos didáticos (Educadora 1).

Escolas mais preparadas para a inclusão (espaço físico, recursos materiais e de pessoal), apoio profissional especializado ao aluno e a família do aluno ANEE e formação dos profissionais (Educadora 2).

Falta consciência individual mesmo, humanidade, senso grupal e altruísmo (Educadora 3).

Na verdade, vejo que, infelizmente a cultura enraizada do preconceito ainda é muito forte na nossa sociedade. Aprendi no curso de Educação, diversidade e gênero oferecido pela UNB que é fundamental ao professor promover ações que levem o aluno a reflexão. Para isso, é necessário utilizar atividades e recursos os mais lúdicos possíveis, como filmes, músicas, livros, projetos, encontros com a comunidade, ofertas de leitura de diversos gêneros textuais para, desta forma, firmarmos cidadãos conscientes críticos e atuantes (Educadora 4).

Mais cursos de capacitação para professores e promoção de espaço para participação da comunidade escolar na inclusão (Educadora 5).

Falta valorização (Educadora 6).

Vivemos em um tempo de transformação e de referências curriculares que indicam que não cabe ao aluno se adaptar a escola, mas a escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com ou sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos e, principalmente, uma mudança de atitude pessoal, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e de aprendizagem e nas relações humanas. Estudar sobre os valores humanos nos leva a uma realidade em que podemos repensar sobre os atos e ações á sombra de uma formação diferenciada, pois estes valores tem seu princípio na geração humana, está educação em valores é uma questão fundamental da sociedade atual, imersa numa rede complexas de situações que exige, a cada dia, intervenções sistemáticas e planejadas do profissional da educação e do governo, visando assim, um futuro sem discriminações e onde as diversidades sejam valorizadas em prol dos direitos coletivos e humanos.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para se trabalhar com alunos com necessidades especiais é preciso saber conviver com as diferenças do grupo. É necessário que o educador, ao transmitir o conhecimento, tenha paciência e saiba respeitar as limitações dos alunos. Para que o professor adquira o espírito da inclusão escolar, seria necessário ter sido capacitado como um todo, pois é um campo da educação que não pode ser limitado. A Educação Inclusiva só deveria ter sido implantada com a reestruturação da educação, afim de, evitar o insucesso.

A forma como a política da inclusão foi implantada deu ao professor a responsabilidade de ter que saber, sem conhecimento prévio, o que fazer com o aluno que precisa de ensino especializado.

A partir da pesquisa realizada com a intervenção, pode-se concluir que mesmo diante dos esforços dos agentes integrantes do processo educativo, para que a educação seja realmente efetiva na formação de cidadãos mais humanos e preocupados com o "bem estar" do próximo, faltam alguns tópicos importantes que começam desde o Estado, como ente federado que deve proporcionar meios para uma educação de qualidade para todos, sem distinções conforme garantido pela Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como os profissionais da área de educação e a sociedade como um todo.

Ainda não há no Brasil uma política de educação inclusiva que considere as necessidades diversificadas de todos os alunos como: investir mais na educação brasileira; nos educadores quanto à valorização profissional; plano de carreira; na importância de qualificações de qualidade, na demanda de suas funções; na formação continuada dos educadores, no quadro de funcionários da escola, atuar perante as adaptações dos espaços físicos garantindo a acessibilidades de todos à escola, nos recursos materiais e didáticos, proporcionar meios de desenvolver a proposta pedagógica das escolas, qualidade de vida e de trabalho para os envolvidos na educação, apoio profissional especializado para as famílias e alunos ANEE ou não, contemplando assim as necessidades da inclusão escolar.

Percebeu-se também, a necessidades de alguns educadores se envolverem, sair da sua zona de conforto e reconhecer-se como integrante do processo de ensino aprendizagem, buscando aperfeiçoamento que valorizem seu trabalho, que

proporcionem uma atuação diferenciada frente à educação inclusiva e os direitos humanos. Não deixando de cobrar essa responsabilidade com a profissionalização de quem é de direito.

Destaca-se que na escola algumas educadoras dedicam-se em construir estratégias com intuito de trilhar novos caminhos que facilitem a formação no direito humano, visando o crescimento pessoal e social. E com comprometimento, dedicação e conhecimento, várias estratégias pedagógicas podem ser aplicadas na turma inclusiva para alfabetizar todas as crianças da classe sem desvalorizar ninguém, formando pessoas mais humanas, solidárias, compreensivas, tolerantes e amáveis, que valorizem os princípios fundamentais da boa convivência, da cidadania, da ética, do respeito e da coletividade.

Conclui-se que mesmo diante de vários obstáculos e dificuldades que a educação inclusiva enfrente para ser efetiva, na escola estudada ela representa um grande avanço que diariamente é aperfeiçoado e abraçado pela comunidade escolar, tendo como foco os Direitos Humanos de forma significativa e dentro da realidade vivida por todos os envolvidos.

Não se tem a pretensão de esgotar este tema com este trabalho, desse modo sugere-se que, sejam feitas outras pesquisas, no sentido de proporcionar aos educadores contemplar os direitos humanos com maior qualificação e amparo técnico, visando aperfeiçoamento para atuar na educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BARTH, R. **A personal vision of a good school**. Phi Delta Kappan.1990.

BATISTA; et al. **Capacidades lingüísticas**: Alfabetização e letramento. Fascículo 1. In: BRASIL. Pró letramento - Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: MEC/SEB/SEED 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Lei n. 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm)>. Acesso em: 17 de abr. de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial no Brasil**: Série Inst.2/ MEC/SEESP, Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros curriculares nacionais**. Adaptações curriculares/Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

\_\_\_\_\_. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Resolução nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001a**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 de jun. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001b**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008. **Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 19 de agosto/2015.

CARBONARI, Paulo. **Direitos humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo a barreiras para aprendizagem: Educação Inclusiva**. 2 ed. Editora Mediação. 2002.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. Ed. Vozes, 2º edição. Petrópolis, RJ. 2005.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena. **Práticas de leitura e escrita** / , (orgs.). – Brasília: Ministério da Educação, 2006. 180 p.

**ESCOLA classe 22 de Ceilândia-um novo tempo**. Disponível em: <http://ec22cei.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 de outubro/2015.

FALVEY In Dutra, Cláudia Pereira. **Revista Inclusão**. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Brasília. MEC/SEESP. Out/2005.

FÁVERO, Osmar; et al. **Tornar a educação inclusiva** / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009. 220 p.

FERNANDES, TEREZA LIDUINA GREGÓRIO. **Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas. São Paulo, 2002.

HARDMAN, M. L.; DREW, C.J.; EGAN, M. W. Wolf, B. **Human Exceptionality**. Boston: Allyn and Bacon. 1993.

IFPR. Instituto Federal Paraná. **Cotas, inclusão e necessidades especiais**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/cotas-inclusao-e-necessidades-especiais/>. Acesso em: 31 out. 2015.

JERUSALINSKY, A.; et al. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. 2ed. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEWIS, R. B.; DOORLAG, D. H. **Teaching Special Students in the Mainstream**. New York: Mcmillan Publishing Company. 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROSENBERG, M. S.; WILSON, R., MAHEADY, L., SINDELAR, P. **Educating students with behavior disorders**. Boston: Allyn and Bacon. 1992.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p. Reimpressão 2007.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos Sociais**. Ed. Artmed. Porto Alegre 2003.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2009.** Curitiba: SEED/PR., 2009. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes/pde/2009uepgeducacaoespecialmdvitoriainardesbatista.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

PEREIRA, Cláudia Aparecida Sant'anna. **O papel do orientador educacional frente à formação continuada com vista a inclusão de alunos a portadores de necessidades educacionais especiais.** Monografia apresentada ao curso de Pós graduação em orientação educacional pedagógica. Universidade Cândido Meneses. Rio de Janeiro. 2010.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral.** 23 ed. São Paulo: Ática, 2004.

PULINO, Lúcia Helena C. Zabotto. **Diversidade cultural e Ambiente Escolar. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural.** (Módulo 1). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=632>> Acesso em: 12 de maio/2015.

PULINO, Lúcia Helena C. Zabotto. **Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 2).** Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147>> Acesso em: 20 de julho/2015.

PULINO, Lúcia Helena C. Zabotto. **Tornar-se humano e os Direitos Humanos. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 4).** Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015c. Disponível em: <<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1149>> Acesso em: 07 de setembro/2015.

SOARES, Magda B. **O que é letramento e alfabetização,** 1999. Artigos educacionais. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/artigos/pedagogia/0009>> Acesso em: 15 ago. 2015.

SOUSA JUNIOR, J. G. de; SOUSA, N. H. B de. **Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação.**

In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>>. Acesso em: 05 de agosto/2015.

SOUSA, José Vieira. **Atualizações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 3). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1148>> Acesso em: 11 de Agosto/2015.

TACCA, Maria Carmen V. R. **Estratégias Pedagógicas: conceituação e desdobramentos com foco nas relações professor-aluno**. In: TACCA, Maria Carmen V. R. Aprendizagem e Trabalho Pedagógico (Org.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

WEHMAN, P., MOON, M. S., EVERSON, J. M., WOOD, W., & BARCUS, J. M. **Transition from school to work: New challenges for youth with severe disabilities**. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Company, 1990

## Apêndice A – Roteiro de Entrevista

Escola Classe 22 – Ceilândia Sul

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação no magistério: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação em turma inclusiva: \_\_\_\_\_

Turma em que atua no momento: \_\_\_\_\_

1. Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma turma regular na escola pesquisada?
2. Como você promove a alfabetização na turma inclusiva, sem deixar de lado o respeito, os limites, as diferenças, os valores, os preconceitos, a cultura? Há alguma estratégia específica?
3. Trabalhar com uma turma inclusiva é diferente de trabalhar com uma turma não inclusiva? Por quê?
4. Quando foi a primeira vez que o (a) senhor (a) trabalhou com aluno com necessidades especiais?
5. Você teve alguma formação específica para atuar em turmas inclusivas? Se sim, quais? Quem ofereceu?
6. Existiu alguma(s) dificuldade quando começou a lecionar uma turma inclusiva? Quais? A quem recorreu?
7. O que o (a) senhor (a) como educador (a), entende como os Direitos Humanos na Educação?
8. Os Direitos Humanos estão inclusos no seu dia a dia em sala de aula? Como?
9. O educador atualmente tem alguma capacitação, auxílio ou amparo que o incentive ou o direcione para trabalhar na educação inclusiva, os Direitos Humanos ao mesmo tempo em que tem a missão de alfabetizar valorizando as dificuldades e limitações?
10. O que você como integrante do sistema de educação, acredita faltar para que realmente a educação seja efetiva na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, respeitando o próximo sem discriminação e valorizando o crescimento coletivo da sociedade?

## ANEXOS

## Anexo A – Fotos da entrevista informal



## Anexo B – Foto da entrevista informal



### Anexo C – Foto da entrevista informal





## Anexo D – Foto da entrevista informal

